



2º Simulado Especial

TJ SP

Oficial de Justiça - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TJ-SP (Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Oficial de Justiça do TJ-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/99AKMW229fHqZE79A>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/8NpF>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

Texto I

A atuação do oficial de justiça é crucial para a eficácia do sistema judiciário, pois ele representa a ponte entre o tribunal e a sociedade. É o oficial de justiça quem realiza diligências essenciais, como a entrega de mandados, notificações e intimações, além de proceder à execução de penhoras, buscas e apreensões. Uma abordagem cuidadosa e bem planejada garante que o oficial de justiça cumpra seu papel de maneira segura e respeitosa, preservando a dignidade e os direitos das partes envolvidas, o que contribui para uma percepção mais positiva do Poder Judiciário.

A habilidade de comunicação é um dos elementos-chave na abordagem do oficial de justiça. O contato direto com as partes requer que o oficial tenha clareza ao transmitir informações, evitando mal-entendidos que possam comprometer a compreensão da ação judicial em questão. Além disso, uma abordagem que combina firmeza e empatia permite que o oficial reduza possíveis tensões, especialmente em situações delicadas, como despejos ou penhoras. A sensibilidade, ao lidar com esses casos, pode minimizar conflitos, preservando a paz social e a imagem do Judiciário.

Outro ponto fundamental é o conhecimento jurídico e a ética no exercício das atividades. Um oficial de justiça bem preparado, ciente dos limites legais de sua função, evita a prática de abusos e atua de forma assertiva e dentro das normas. Isso reforça a credibilidade do trabalho do oficial e evita que ações futuras sejam anuladas devido a erros processuais ou que haja questionamentos éticos. A imparcialidade e a ética garantem que o oficial de justiça seja visto como uma figura confiável, cuja principal missão é dar cumprimento à lei, sem influências externas ou juízos pessoais.

Por fim, a importância de uma boa abordagem também se reflete no impacto sobre a imagem pública do sistema judiciário. Oficiais de justiça que agem com profissionalismo e respeito conquistam a confiança da população, que passa a ver o Poder Judiciário como uma

instituição acessível e justa. Essa percepção positiva é fundamental para fortalecer o compromisso dos cidadãos com a justiça e a legalidade, promovendo um ambiente social mais harmonioso. Portanto, a abordagem adequada do oficial de justiça não só auxilia na resolução efetiva de conflitos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

01. De acordo com o texto, só não se pode afirmar que:

- a) O oficial de justiça é essencial para a conexão entre o tribunal e a sociedade.
- b) Abordagens cuidadosas garantem segurança e respeito aos direitos das partes.
- c) A comunicação clara evita mal-entendidos e melhora a compreensão das ações judiciais.
- d) Empatia e firmeza ajudam o oficial a lidar com situações delicadas, içando conflitos.
- e) O preparo técnico e emocional do oficial permite que o oficial de justiça atue de forma equilibrada, mesmo em circunstâncias complexas, fortalecendo a efetividade das ações judiciais.

02. As expressões "além disso" e "por fim" contribuem para a progressão lógica do texto, adicionando, respectivamente no segundo e no quarto parágrafos, ideias de:

- a) adição e contraste
- b) acrescentamento e conclusão
- c) oposição e conclusão
- d) adição e concessão
- e) acrescentamento e consequência

03. A respeito das frases abaixo, assinale aquela em que se apresenta um desvio quanto à concordância:

- a) Em um cenário de constante interação entre as partes envolvidas nos processos judiciais, o oficial de justiça, figura que representa a autoridade e o cumprimento da lei, assume a responsabilidade de atuar com precisão e ética em suas diligências.
- b) A atuação cuidadosa do oficial de justiça, profissional que se torna a ponte entre o tribunal e os cidadãos, é fundamental para garantir que cada procedimento ocorra com o devido respeito aos direitos das partes.
- c) A habilidade de comunicação clara e objetiva, característica essencial no trabalho do oficial de justiça, permitem que as informações judiciais cheguem ao destinatário de maneira compreensível e eficaz, evitando assim quaisquer mal-entendidos que possam prejudicar o processo.
- d) No cumprimento de mandados e na realização de intimações, o oficial de justiça, ao incorporar uma abordagem empática e firme, consegue minimizar as tensões e contribuir para a resolução pacífica dos conflitos.
- e) A confiança no sistema judiciário, sentimento essencial para o fortalecimento da legalidade e da justiça, depende em grande parte da conduta e do profissionalismo com que o oficial de justiça realiza suas funções diárias em situações diversas.

04. A respeito das frases abaixo, assinale aquela em que se apresenta um desvio quanto à regência:

- a) A preparação do oficial de justiça, essencial para o bom andamento dos processos e para a manutenção do respeito às partes envolvidas, é uma exigência que contribui na legitimidade do sistema jurídico perante a sociedade.
- b) A clareza nas explicações fornecidas ao público, especialmente em situações de maior complexidade e tensão, facilita o entendimento das decisões judiciais e proporciona maior segurança às pessoas envolvidas no processo.

c) O compromisso com a ética, característica fundamental exigida do oficial de justiça durante o exercício de suas funções, reforça o respeito pelo princípio da imparcialidade e pela aplicação correta das normas jurídicas.

d) A execução dos mandados, muitas vezes em cenários de resistência ou de alta sensibilidade social, exige do oficial de justiça uma postura de serenidade e de controle emocional para evitar conflitos desnecessários.

e) A confiança no trabalho do oficial de justiça, construída ao longo de anos de atuação justa e eficaz, é essencial para a consolidação de uma imagem positiva do Poder Judiciário frente à população.

05. A respeito das frases abaixo, assinale aquela em que não se apresente um desvio quanto à colocação pronominal:

a) Embora o oficial de justiça realize seu trabalho de forma imparcial, nem sempre lhe é fácil manter a neutralidade em situações que envolvem grande carga emocional por parte das pessoas afetadas.

b) A responsabilidade de conduzir os processos judiciais de maneira ética e respeitosa exige que ele prepare-se constantemente, estudando as melhores práticas para cumprir suas funções.

c) Quando o oficial de justiça encontra-se em situações que requerem diplomacia e cuidado, a habilidade de comunicar-se claramente torna-se um diferencial que o auxilia no desempenho de seu papel.

d) O respeito às partes envolvidas, embora seja assegurado-lhes pela função do oficial, deve ser garantido em cada etapa do processo, preservando-se a dignidade de todos.

e) Ao desempenhar suas funções, o oficial de justiça deve ter em mente que cabe-lhe não apenas a execução de ordens, mas também o cumprimento de um papel essencial para a manutenção da confiança no sistema jurídico.

06. Uma abordagem cuidadosa e bem planejada garante que o oficial de justiça cumpra seu papel de maneira segura e respeitosa, preservando a dignidade e os direitos das partes envolvidas, o que contribui para uma percepção mais positiva do Poder Judiciário.

Reescrevendo-se a oração sublinhada das formas propostas abaixo, a única em que seria **mantida** a correção e o sentido está em:

- a) sendo estabelecido critérios para limitar a dignidade e os direitos das partes envolvidas.
- b) de modo que sejam asseguradas a dignidade e os direitos das partes envolvidas conforme necessário.
- c) de modo que sejam assegurados a dignidade e os direitos das partes envolvidas.
- d) que, ao contrário, ignora a dignidade e os direitos das partes envolvidas.
- e) sendo estabelecidos critérios para limitar a dignidade e os direitos das partes envolvidas.

07. A sensibilidade ao lidar com esses casos pode minimizar conflitos, preservando a paz social e a imagem do Judiciário.

Na frase acima, a respeito dos processos de coesão textual, o termo 'esses casos' se refere a:

Aqui estão quatro alternativas incorretas e uma correta para a referência de "**esses casos**":

- a) Casos relacionados a infrações de trânsito.
- b) Situações de análise de documentos administrativos internos.
- c) Processos de auditoria financeira do Judiciário.
- d) Questões de administração de patrimônio público.
- e) Situações delicadas, como despejos ou penhoras.

08. mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

Na oração acima, os termos sublinhados poderiam ser substituídos, com manutenção da correção e da coerência, por:

- a) correta e coerente.
- b) admirável e igualitário.
- c) íntegra e harmoniosa.
- d) agradável e graciosa.
- e) ética e acolhedora.

09. Na oração 'evita a prática de abusos e atua de forma assertiva e dentro das normas'

A expressão "de forma assertiva" só não pode ser substituída por:

- a) de maneira firme
- b) com segurança
- c) de modo confiante
- d) com clareza
- e) de forma vacilante

10. Das frases a seguir, assinale aquela em que ocorre sentido figurado:

- a) O oficial de justiça é responsável por entregar notificações e mandados, assegurando que todas as partes sejam devidamente informadas sobre os procedimentos legais.
- b) Em situações delicadas, como despejos e penhoras, o oficial de justiça deve agir com diplomacia para evitar conflitos e preservar o respeito mútuo.
- c) Quando cumpre seu papel com ética e precisão, o oficial de justiça contribui diretamente para a confiança da sociedade no sistema jurídico.
- d) A atuação do oficial de justiça, sempre firme e comprometida, representa a presença da lei nos momentos em que ela precisa ser aplicada com rigor.
- e) Nos momentos de maior tensão, o oficial de justiça é a mão pesada do Estado, simbolizando a força da justiça para garantir que todos cumpram as regras.

Texto II

Charles Bosworth

Estávamos brincando juntos com os bonecos dela. Sentados no chão, ao lado da cama, ela me contava dos lugares onde tinha conseguido cada um dos brinquedos. Um deles tinha sido trazido pela sua mãe de outro país e podia ser desmontado e remontado como um quebra-cabeça. Eu dobrava a cabeça do boneco sobre o próprio peito e fazia seu tronco subir, guardava os braços e pernas bem dobradinhos e o homem se transformava em um animal. Depois desdobrava todas as suas partes e ele voltava a ser um humano, com os braços estendidos acima da cabeça.

Ela disse:

– Ouvi dizer que uma garota ganhou uma boneca de aniversário e essa boneca ganhou vida durante a noite e matou a menina.

Eu fiquei com medo, até que lembrei dos meus bonecos: eram todos meus amigos e jamais me atacariam durante a noite.

Ela tentou me assustar novamente:

– Existe uma fábrica onde eles fazem bonecos que viram facas.

Olhei para o que estava nas minhas mãos. Será que havia um jeito de girar sua cabeça pra fazer ele virar uma faca? Puxei suas peças como se tentasse resolver um desafio. Ele podia se transformar em muitas coisas, mas simplesmente não havia um lado afiado para fazer uma faca.

Ela fechou a cara e foi se sentar do outro lado da cama. Estávamos em silêncio, eu montando e desmontando o boneco e ela criando novas histórias. Resolvi me antecipar e saí do quarto sem dizer nada.

Andei pelo corredor atapetado, sentindo o tecido macio com meus pés. Acho que era de tarde, porque uma das paredes era toda coberta de janelas e entrava muita luz por ali. Brinquei de contar as portas para adivinhar quantos quartos tinham, mas logo me cansei. Tinha chegado no topo da escada e olhei para baixo. E foi então que vi o leopardo. Ele caminhava devagar no andar de baixo. Com as pernas finas dava longos passos lânguidos por entre os sofás e os tapetes. Quase escondida debaixo da escada vi também uma cama quadrada, daquelas que

se deixam para cachorros, mas muito maior em tamanho, certamente posta para ele. O animal em si era imenso, longo como uma serpente, e de cor amarronzada. O felino parou ao lado de uma tigela de plástico e começou a beber água com sua língua rosa. Notei que ele não tinha me visto. Por sorte, ainda podia voltar para o corredor antes que ele soubesse que eu estava ali. Retornei pelo caminho que viera e andei apressado na direção do quarto, da minha amiga, dos bonecos, mas a imagem do leopardo já estava impressa na minha cabeça. Vi, naquele momento, na minha imaginação, o leopardo erguendo seu rosto da tigela, ouvindo meus passos abafados pelo tapete e partindo como um raio escada acima. Olhei para trás. Imaginei repetidas vezes seu rosto aparecendo por trás da curva do corredor. A cada passo olhava para trás e pensava que naquele instante a minha imaginação se concretizaria e que sua cara verdadeira, brilhando de curiosidade e malícia, apareceria no topo da escada.

Entrei no quarto e fechei a porta. Ela ainda brincava com os mesmos bonecos, atrás da cama. Precisei escolher as palavras com muito cuidado. Não achei que fosse possível que ela não soubesse do leopardo morando em sua casa. Tinha medo de perguntar e sofrer alguma humilhação. E se este fosse um animal de estimação tão comum para ela, tão doméstico e tão afável: ela ia debochar de mim por ter tido medo. Tudo o que consegui dizer foi:

– Acho que tem um leopardo na sua casa.

Seu sorriso foi ácido, cheio de prazer e confusão.

– É o meu gato.

Eu expliquei a minha visão. Ela, por sua vez, me disse que seu gato era muito grande, me mostrando com os braços abertos assim o seu tamanho. Eu olhava para o vazio imenso entre os seus braços, e sabia que ela exagerava na medida, mas não era possível que o leopardo coubesse ali dentro. O animal que eu tinha visto tinha sido muito maior. Ela voltou a me mostrar os bonecos e eu logo me distraí.

Voltei muitas outras vezes na casa, mas nunca mais vi o leopardo.

11. Sobre o texto acima, é incorreto afirmar que:

- a) O texto trabalha a ambiguidade entre realidade e fantasia, uma característica presente em narrativas que remetem ao universo infantil.
- b) O leopardo funciona como um símbolo do medo e do desconhecido que permeia a infância. A figura do animal representa os temores internos e a fascinação infantil pelo selvagem e o perigoso
- c) A inserção de um leopardo numa casa comum e a naturalidade com que a amiga trata o fato dialogam com a fábula do terror.
- d) A amizade entre as crianças é marcada por um jogo de medo e cumplicidade, refletindo o desejo de exploração e autossuperação, comum em contos de aventuras infantis.
- e) No texto, é intensificado o contraste entre a visão do narrador e a perspectiva da amiga sobre o “gato” da casa, revelando a maneira infantil de exagerar e reinterpretar o desconhecido.

12. ela me contava dos lugares onde tinha conseguido cada um dos brinquedos.

O termo sublinhado acima pode ser substituído por:

- a) em que
- b) nos quais
- c) em quais
- d) aonde
- e) no qual

13. Com as pernas finas dava longos passos lânguidos por entre os sofás e os tapetes.

O termo sublinhado foi empregado no sentido de:

- a) débeis
- b) rápidos
- c) ariscos
- d) prevenidos
- e) distraídos

14. Acho que **tem um leopardo** na sua casa.

Se o termo sublinhado fosse flexionado para o plural ‘dois leopardos’, o verbo em negrito ficaria corretamente empregado segundo a norma, com manutenção do sentido, da seguinte forma:

- a) têm
- b) existe
- c) havia
- d) existiam
- e) existem

15. Em relação à concordância, assinale a opção em que o verbo empregado apresente incorreção gramatical.

- a) Durante a reunião, **discutiu-se** intensamente os novos projetos de expansão da empresa, considerando os impactos financeiros e as mudanças estratégicas que precisam ser implementadas.
- b) **Recomenda-se** que os alunos façam uma revisão completa dos conteúdos antes das provas finais, para que possam assimilar os conceitos com mais facilidade e garantir um bom desempenho.
- c) No novo regulamento do condomínio, **estabeleceu-se** que todas as áreas comuns devem ser mantidas limpas pelos moradores e **proibiu-se** o uso de bicicletas nos corredores para evitar acidentes.
- d) No último congresso, **apresentaram-se** várias propostas inovadoras para a educação, e **avaliou-se** o impacto das metodologias de ensino ativo nas escolas públicas.
- e) Para garantir a sustentabilidade do projeto, **adotou-se** uma política de reciclagem que envolve a separação correta dos resíduos e **incentivou-se** a participação de todos os colaboradores na campanha.

16. Assinale a alternativa em que tenha ocorrido uma incorreção gramatical quanto à pontuação.

- a) As fábulas clássicas de Esopo sempre trazem ensinamentos importantes sobre virtudes e defeitos humanos, usando animais personificados para ilustrar valores morais que podem ser aplicados ao cotidiano.
- b) Nos contos de fadas tradicionais, há uma estrutura bem definida em que o herói enfrenta grandes desafios, sendo ajudado por forças mágicas até alcançar o desfecho feliz, o que ensina sobre perseverança e esperança.
- c) Em muitas fábulas infantis, como "A Tartaruga e a Lebre", observa-se uma crítica ao orgulho e à arrogância, ressaltando que a determinação e a paciência podem superar até mesmo a velocidade e a força.
- d) Os contos populares transmitidos oralmente entre gerações têm grande valor cultural, pois preservam o conhecimento e as experiências das comunidades, refletindo aspectos, de sua história e valores tradicionais.
- e) Ao explorar as fábulas e contos contemporâneos, percebemos que muitos autores modernos adaptam as antigas lições morais para discutir questões atuais, como a importância da empatia, da inclusão e do respeito à diversidade.

17. *Voltei muitas outras vezes na casa, mas nunca mais vi o leopardo.*

Uma forma correta, segundo a norma, de reescrever a frase acima, com manutenção da coerência gramatical, é:

- a) Voltei muitas outras vezes à casa, porém nunca mais vi o leopardo.
- b) Retornei outras vezes a casa dela, mas nunca mais vi o leopardo.
- c) Voltei muitas outras vezes à casa dela, contudo nunca mais vi o felino.
- d) Regressei muitas outras vezes na casa dela, mas nunca mais vi o animal.

e) Voltei muitas outras vezes para casa, mas nunca mais vi o leopardo.

18. Voltei **muitas outras vezes** na casa, mas nunca mais vi o leopardo.

A expressão adverbial destacada acima tem valor semântico de:

- a) frequência
- b) modo
- c) intensidade
- d) lugar
- e) causa

19. Assinale a alternativa em que é possível suprimir pelo menos uma das vírgulas do trecho, preservando a norma-padrão de emprego de pontuação.

- a) Os leopardos, apesar de serem grandes felinos, possuem habilidades de caça que lembram as dos gatos domésticos.
- b) Tanto os leopardos quanto os gatos, com suas garras afiadas, são conhecidos por sua agilidade e precisão ao capturar suas presas.
- c) Com pelos manchados e olhos atentos, os leopardos se destacam por sua beleza selvagem, já os gatos trazem um pouco desse mistério para dentro das casas.
- d) À noite, os leopardos, assim como os gatos, possuem visão aguçada que os ajuda a enxergar no escuro.
- e) Diferentes em tamanho e habitat, os leopardos e os gatos compartilham comportamentos semelhantes.

20. Sobre o emprego de acento grave, assinale a alternativa incorreta:

- a) À medida que crescem, as crianças desenvolvem uma capacidade única de criar mundos imaginários repletos de personagens e aventuras.
- b) A imaginação infantil leva as crianças à descoberta de universos fantásticos, onde objetos comuns ganham novos significados.
- c) As histórias contadas à beira da cama antes de dormir estimulam a criatividade e transportam as crianças para lugares encantados.
- d) Quando brincam sozinhas, as crianças se dedicam à qualquer criação de cenários incríveis, onde tudo é possível e não há limites para a fantasia.
- e) À luz do dia, o jardim pode se transformar em uma floresta mágica na mente de uma criança, onde cada planta tem um papel especial.

BLOCO II

DIREITO PENAL

Renan Araújo

21. Com relação ao lugar do crime, nos termos do Código Penal, é correto afirmar que se considera praticado o crime no lugar:

- a) em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, ainda que outro seja o lugar do resultado, tendo sido adotada a teoria da atividade.
- b) em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde ocorreu ou deveria ter ocorrido o resultado, tendo sido adotada a teoria da atividade.
- c) em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde ocorreu ou deveria ter ocorrido o resultado, tendo sido adotada a teoria mista.

d) em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, ainda que outro seja o lugar do resultado, tendo sido adotada a teoria do resultado.

e) em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, ainda que outro seja o lugar do resultado, tendo sido adotada a teoria da ubiquidade.

22. Gilberto, 19 anos, praticou o crime de furto simples (Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa) em sua forma consumada. Assim, é correto afirmar que a pena de multa cominada ao delito praticado por Gilberto prescreverá no prazo de:

- a) 08 anos
- b) 04 anos
- c) 02 anos
- d) 01 ano
- e) 03 anos

23. Josué, com intenção de lesionar, agrediu Sérgio com diversos socos e chutes na região do abdome e do rosto, após uma discussão em um bar. Sérgio, em razão das agressões, ficou impossibilitado de comparecer às aulas da faculdade por 44 dias, embora não tenha sido afetado em seu trabalho.

Nesse caso, é correto afirmar que Josué deverá ser responsabilizado pelo crime de:

- a) Homicídio tentado
- b) lesão corporal leve
- c) lesão corporal grave
- d) lesão corporal seguida de morte, tentada
- e) lesão corporal gravíssima

24. No dia 20.06.2024, Tiago, 22 anos, induz Valentina, moça de 13 anos, a se suicidar, inclusive a orientando sobre como realizar cortes letais no próprio corpo. Orientada pelas palavras de Tiago, Valentina provoca diversos cortes no seu corpo. Um dos cortes atinge uma importante artéria, de forma que Valentina vem a falecer em razão do ferimento.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que Tiago deverá:

- a) responder pelo crime de homicídio, qualificado por ter sido praticado contra menor de 14 anos.
- b) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma simples, em concurso material com homicídio culposo.
- c) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma simples, apenas.
- d) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma qualificada.
- e) responder pelo crime de lesão corporal seguida de morte.

25. A conduta do médico particular que, no exercício da profissão, emite atestado falso, atestando falsamente que certo paciente possui determinada enfermidade, configura:

- a) crime de falsificação de documento particular, ainda que não haja fim de lucro.
- b) crime de falsificação de documento particular, desde que haja fim de lucro.
- c) crime de falsidade ideológica
- d) crime de falsidade de atestado médico, ainda que não haja fim de lucro.
- e) crime de falsidade de atestado médico, desde que haja fim de lucro.

26. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) Bens particulares podem ser objeto material do crime de peculato, ainda que não estejam na posse do servidor em razão do cargo.
- b) A oposição à execução de ato legal, ainda que sem violência ou ameaça, configura crime de resistência.
- c) No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- d) O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações exige do agente o dolo específico de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou causar dano.
- e) O crime de corrupção passiva privilegiada exige o elemento subjetivo específico do tipo, consistente na intenção de satisfazer interesse próprio.

27. Alessandro, Oficial de Justiça do TJSP, ao dirigir-se até determinado local para realizar uma diligência de penhora e avaliação, judicialmente determinada, foi ameaçado por Pablo, dono do imóvel a ser penhorado, que buscava impedir a realização do ato. Alessandro, temendo por sua vida, foi embora, certificou nos autos o ocorrido e a diligência não foi realizada naquela oportunidade.

Nesse caso, a conduta de Pablo configura:

- a) Resistência simples, apenas
- b) Desobediência e ameaça
- c) Resistência qualificada e ameaça
- d) Resistência simples e ameaça
- e) Resistência qualificada, apenas

28. Acerca do crime de exploração de prestígio, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de crime próprio, praticado por particular contra a administração em geral.
- b) É indispensável para a consumação do crime o recebimento da vantagem pelo agente.
- c) Para a configuração do crime se exige que a influência alegada pelo infrator seja real.
- d) Se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas supostamente influenciáveis indicadas no art. 357 do CP, há incidência de qualificadora.
- e) Resta configurado o referido delito quando o agente solicita dinheiro ou qualquer outra utilidade a pretexto de influir em funcionário de justiça.

29. Em determinado processo criminal que apura suposta prática do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), o réu, temendo ser condenado, procura uma das testemunhas de acusação e a ameaça, dizendo que a mataria caso fosse condenado em razão de seu depoimento. A testemunha, embora amedrontada, prestou seu depoimento em Juízo, tendo sido o réu condenado pelo mencionado crime sexual.

Nesse caso, é correto afirmar que o agente:

- a) Praticou crime de coação no curso do processo, consumado, com aumento de pena de um terço à metade.
- b) Praticou crime de ameaça, consumado.
- c) Praticou crime de ameaça, tentado.
- d) Praticou crime de coação no curso do processo, tentado, com aumento de pena de um terço à metade.
- e) Praticou crime de coação no curso do processo, consumado, sem aumento de pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

30. De acordo com o Código de Processo Penal, a competência para a ação penal, caso

- a) não seja conhecido o lugar da infração, será estabelecida pela prevenção.
- b) seja hipótese de ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) seja um crime tentado, será fixada no lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- d) seja praticado estelionato mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- e) o réu tenha mais de uma residência, será estabelecida por meio do último ato de execução.

31. Em relação à Ação Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, apenas da requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) No caso de morte do ofendido o direito de representação na ação penal pública passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, nesta ordem.
- c) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada.
- d) Se o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
- e) A representação do ofendido, no caso de ação penal pública condicionada à representação é retratável depois de oferecida a denúncia.

32. Acerca das medidas assecuratórias, marque a alternativa correta.

- a) A hipoteca legal só pode ser requerida pelo interessado no curso do processo penal.
- b) Poderá ser pronunciada decisão de sequestro embargado antes de passar em julgado a sentença condenatória.
- c) O arresto do imóvel poderá ser decretado de início, revogando-se, porém, se no prazo de 30 dias não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal.
- d) As garantias do ressarcimento do dano alcançarão também as penas pecuniárias, tendo preferência sobre estas as despesas processuais.
- e) O leilão far-se-á obrigatoriamente por meio eletrônico.

33. A respeito da busca domiciliar, à luz do Código de Processo Penal, assinale a opção correta.

- a) A busca pessoal é aquela realizada sobre o corpo do indivíduo e se estende aos seus pertences pessoais, não sendo necessário mandado judicial.
- b) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos, mas não é meio idôneo para prender criminosos.
- c) A busca domiciliar não será possível para apreender pessoas vítimas de crimes, devendo ser realizada apenas a busca pessoal.
- d) Em regra, a busca e a apreensão prescindem de autorização judicial e não podem ocorrer no período noturno.
- e) A busca em mulher será feita por outra mulher, sendo vedada, em qualquer hipótese, a busca feita por homem.

34. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) considera-se completa a formação do processo quando realizada citação válida do acusado.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

35. Sobre os recursos, assinale a alternativa correta.

- a) Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de quinze dias, a contar da publicação de acórdão.
- b) A apelação da sentença absolutória impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade, quando houve clamor público que justifique a medida.
- c) Interposta apelação contra decisão do júri com alegação de erro no tocante à aplicação da pena, o tribunal “ad quem” retificará a aplicação da pena.
- d) De acordo com a sistemática do Código de Processo Penal, caberá apelação da decisão que não receber a denúncia ou queixa.
- e) No Código de Processo Penal, o recurso será interposto exclusivamente por petição, assinado pelo recorrente ou por seu representante.

36. São causas que ensejam nulidades processuais quando demonstrados os prejuízos, exceto:

- a) a incompetência do juízo.
- b) a suspeição do juízo.
- c) a citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa.
- d) a presença pelo menos de 25 jurados para a constituição do júri.
- e) o sorteio dos jurados do conselho de sentença em número legal e sua incomunicabilidade.

37. Sobre a Lei n. 9.099/1995 e os juizados especiais criminais, é correto afirmar que:

- a) A competência do Juizado será determinada pela prevenção.
- b) Os atos processuais serão sigilosos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

- c) Os atos processuais não serão válidos caso não respeitem as estritas formalidades legais, ainda que venham a preencher as finalidades para as quais foram realizados.
- d) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.
- e) Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz providenciará sua citação por edital.

38. Em relação aos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/1995), pode-se afirmar que:

- a) não será preso em flagrante, e tampouco estará obrigado a recolher fiança, o autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer.
- b) são competentes para o processamento e julgamento das infrações de menor potencial ofensivo a delegacia e o fórum do local da residência da vítima.
- c) será instaurado o termo circunstanciado pela autoridade policial, após a notícia de infração de menor potencial ofensivo, inclusive quando se tratar de crime militar.
- d) não poderá ser processado pelos juizados especiais criminais o autor do fato, se portador de antecedentes criminais.
- e) os delitos cuja pena máxima não seja superior a dois anos – excluindo-se daí as contravenções penais – por serem infrações de menor potencial ofensivo, são de competência dos juizados especiais criminais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

39. Acerca dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional, assinale a alternativa correta.

- a) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- b) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil
- c) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via judicial.
- d) O Ministério Público exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.
- e) Compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

40. No que diz respeito à gratuidade de justiça, assinale a alternativa correta.

- a) A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- b) É vedado o parcelamento de despesas processuais que o benefício da gratuidade tiver de adiantar no curso do procedimento.
- c) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) A gratuidade não pode consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

e) Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido de gratuidade poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e suspenderá seu curso.

41. Não sendo necessários conhecimentos especializados, a avaliação de bens penhorados será feita:

- a) Pelo escrivão.
- b) Pelo juiz.
- c) Por perito designado pelo juiz.
- d) Pelo oficial de justiça.
- e) Pelo contador

42. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para satisfazer a obrigação em:

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 30 (trinta) dias.
- c) 10 (dez) dias.
- d) 5 (cinco) dias.
- e) 20 (vinte) dias.

43. No que diz respeito às normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) O processo começa por impulso oficial e se desenvolve por iniciativa da parte, salvo as exceções previstas em lei.
- b) O Estado sempre promoverá a solução consensual dos conflitos.
- c) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- e) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

44. No que diz respeito à Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo mais de uma penhora, serão lavrados autos conjuntos.
- b) É vedada a penhora de bens imóveis por meio eletrônico.
- c) Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será intimado o executado no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens.
- e) Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo e do mandado judicial.

45. Em determinada diligência de penhora de bens, o executado criou embaraços à efetivação da decisão judicial. O Oficial de Justiça, então, cientificou o executado que a sua conduta poderia configurar ato atentatório à dignidade da justiça. Em sendo configurado o ato atentatório à dignidade de justiça, sem prejuízo das sanções criminais, cíveis e processuais cabíveis, deverá o juiz aplicar ao responsável multa de

- a) Até 10% do valor da causa.
- b) Até 5% do valor da causa.
- c) Até 15% do valor da causa.
- d) Até 20% do valor da causa.
- e) Até 2% do valor da causa.

46. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como

- a) Assistente simples.
- b) Amicus Curiae.
- c) Denunciado à lide.
- d) Nomeado à autoria.
- e) Assistente litisconsorcial.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

47. Acerca das disposições gerais do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- b) O Estatuto da Magistratura, lei complementar de iniciativa privativa do STF, pode prever a delegação de competência a servidores para a prática de atos de administração e de mero expediente, desde que tais atos não possuam caráter decisório.
- c) Um terço das vagas nos tribunais de justiça é reservado a advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira.
- d) Os tribunais superiores e o Conselho Nacional de Justiça têm sede na capital federal e jurisdição em todo o território nacional.
- e) Aos juízes, ainda que em disponibilidade, é vedado o exercício de qualquer outro cargo ou função pública.

48. Nos termos da Constituição Federal brasileira, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão

- a) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- b) por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) por lei complementar estadual, dentro do período determinado por lei ordinária federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- e) por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

49. Maria e José, pais de Pedrinho, de quatro anos, decidiram que não iriam vacinar o seu filho contra a doença X, mesmo se tratando de vacina testada, com aplicação obrigatória definida em lei e incluída no Programa Nacional de Imunizações, por motivo de convicção filosófica. A escola de Pedrinho solicitou que os pais realizassem o quanto antes a imunização do filho, alertando para possíveis consequências jurídicas pela não vacinação.

Indignados com a mensagem da escola, Maria e José procuraram um advogado para que os orientasse sobre as suas escolhas à luz da ordem constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o que lhe foi respondido corretamente que:

- a) É legítima a decisão dos pais em decorrência do exercício do poder familiar;
- b) É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, em respeito a liberdade de consciência.
- c) É ilegítima a decisão dos pais de não vacinarem seu filho menor, devendo ser determinada a vacinação forçada da criança.
- d) É legítima a recusa dos pais à vacinação, uma vez que é constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina testada, aprovada e registrada, desde que sua aplicação obrigatória determinada em lei ou seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico.
- e) É legítima a recusa dos pais, uma vez que é inconstitucional a vacinação compulsória no Brasil.

50. Júlia é casada com Rodrigo, Governador do Estado, com quem tem um filho chamado Vinícius, de vinte anos. Caso Vinícius decida concorrer, nas eleições nacionais, para o cargo de Deputado Estadual, ocorrerá o seguinte

- a) A candidatura somente será deferida se Vinicius estiver concorrendo à reeleição.
- b) A candidatura será deferida, ainda que Vinicius seja filho do Governador do Estado.
- c) A candidatura será indeferida por ausência de condição de elegibilidade.
- d) Vinicius poderá se candidatar ao cargo de deputado estadual apenas se for em outro estado e não o mesmo que seu pai é governador.
- e) A candidatura poderá ou não ser deferida, a depender de Rodrigo renunciar ao mandato seis meses antes do pleito.

51. Peter, estrangeiro, compareceu perante uma determinada repartição pública no Município Beta e verificou que determinado servidor estava agindo com abuso de poder em prejuízo da população que estava ali sendo atendida. Buscando uma solução administrativa, Peter:

- a) Poderá exercer o seu direito de petição, independentemente do pagamento de taxas.
- b) Poderá exercer o seu direito de petição, que depende do pagamento de taxas.
- c) Não poderá exercer o direito de petição, pois é estrangeiro.
- d) não poderá exercer o direito de petição, pois tal direito só pode ser exercido em defesa de interesses pessoais e não coletivos ou gerais.
- e) Poderá exercer o seu direito de petição, desde que representado por advogado.

52. Considerando o texto constitucional de 1988, quanto às funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo:

I. Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

III. Se a proposta orçamentária elaborada pelo Ministério Público for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na lei de Diretrizes orçamentárias, o próprio Ministério Público procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

53. Denise, brasileira nata, morava há muitos anos no exterior. No início deste mês, embora não tenha adquirido outra nacionalidade, formulou pedido expresso de perda da nacionalidade perante a autoridade brasileira competente, por entender que os seus laços com a República Federativa do Brasil tinham sido dissolvidos.

De acordo com a Constituição o referido pedido:

- a) não pode ser acolhido, pois a nacionalidade brasileira é irrenunciável;
- b) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, sendo vedada a sua reaquisição;

c) embora seja admitida a renúncia da nacionalidade brasileira, isso não é possível em relação a Denise.

d) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas Denise pode readquiri-la, o que ocorrerá em caráter derivado, com a naturalização, não em caráter originário.

e) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas a sua reaquisição está sempre sujeita à discricionariedade da autoridade administrativa competente;

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

54. Segundo prevê a Lei de Improbidade Administrativa, o agente público que se recusar a prestar declaração de bens, dentro do prazo determinado, será:

- a) suspenso de suas atividades por até noventa dias.
- b) repreendido, caso trate-se da primeira ocorrência.
- c) suspenso de suas atividades por até trinta dias.
- d) demitido, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- e) demitido, com prejuízo de outras sanções.

55. Considerando que determinado funcionário público do Estado de São Paulo adquiriu, para si, no exercício do cargo, e em razão dele, bens imóveis, com valor desproporcional à evolução do patrimônio e à sua renda, pode-se afirmar que:

- a) será possível o enquadramento do caso como ato de improbidade administrativa, na categoria de enriquecimento ilícito, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
- b) será possível o enquadramento do caso como ato de improbidade administrativa, na categoria de prejuízo ao erário.
- c) será possível o enquadramento do caso como ato de improbidade administrativa, na categoria de violação a princípio.
- d) não será possível o enquadramento do caso como ato de improbidade administrativa, dada a ausência de comprovação de recebimento de vantagem indevida.
- e) será possível o enquadramento do caso como ato de improbidade administrativa, na categoria de enriquecimento ilícito, não sendo cabível a demonstração da licitude da origem dessa evolução.

56. Segundo dispõe a Lei 10.261/1968, ao funcionário público civil do Estado de São Paulo é proibido:

- a) retirar documento existente na repartição, ainda que mediante permissão da autoridade competente.
- b) requerer a concessão de qualquer tipo de privilégio.
- c) ser sócio de sociedade empresarial.
- d) servir de intermediário perante repartições públicas para tratar de interesse de parente de segundo grau.
- e) aceitar representação de Estado estrangeiro, como regra geral.

57. Não é penalidade prevista no Estatuto dos funcionários públicos civis (Lei 10.261/1968):

- a) demissão.
- b) demissão a bem do serviço público.
- c) suspensão, por no máximo 90 dias .
- d) cassação de disponibilidade.
- e) censura.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

58. Acerca dos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Quanto à eficácia, os direitos da personalidade ostentam caráter absoluto.
- b) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer que se cesse a ameaça ou lesão a direito da personalidade o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o segundo grau.
- c) O ato de disposição do corpo para depois da morte, com objetivo científico ou altruístico, é irrevogável.
- d) Depende da comprovação do prejuízo o pedido de indenização por publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- e) O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome.

59. Com relação às pessoas jurídicas, é correto afirmar que são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) Os condomínios de edificações.
- b) Os partidos políticos.
- c) As associações públicas.
- d) As empresas individuais de responsabilidade limitada.
- e) A massa falida e o espólio.

60. Com relação ao domicílio, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível à pessoa ostentar mais de um domicílio.
- b) O domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o último lugar onde ela foi domiciliada.
- c) O domicílio da União é o Distrito Federal.
- d) O domicílio do marítimo é a sede do comando a que for subordinado.
- e) O direito brasileiro não admite o domicílio estabelecido através de contrato.

61. Com relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial, que não poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- c) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- d) Equipara-se à coação o temor reverencial.
- e) Em matéria de fraude contra credores, não se presumem fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívida que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

62. Com relação à posse, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se possuidor direto aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- b) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

c) A posse não se transmite aos herdeiros do possuidor com os mesmos caracteres.

- d) obsta a reintegração de posse a alegação pelo réu, devidamente comprovada, da propriedade sobre a coisa.
- e) O possuidor de má-fé tem direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias.

63. Com relação ao penhor, assinale a alternativa correta.

- a) O penhor comum se constitui através do registro, independentemente da transferência efetiva da posse ao credor pignoratício.
- b) Os animais do serviço ordinário de estabelecimento agrícola podem ser objeto do penhor agrícola.
- c) O penhor não pode recair sobre direitos, mas apenas sobre bens.
- d) O penhor não pode recair sobre veículos automotivos, os quais devem ser objeto de alienação fiduciária em garantia.
- e) O penhor legal independe de homologação pelo juiz.

64. Com relação à curatela, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge não separado judicialmente ou de fato é, de direito, curador do outro, não sendo essa possibilidade extensível à união estável.
- b) Na falta do cônjuge, o curador legítimo são os pais do interdito, e em não os havendo, os avós.
- c) Na falta de familiares aptos a exercer a curatela, compete ao Ministério Público a escolha do curador.
- d) A curatela pode ser compartilhada a mais de uma pessoa.
- e) A autoridade do curador não se estende aos filhos do curatelado.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Tiago Zanolla***DE ACORDO COM AS NORMAS DA CORREGEDORIA DO TJ-SP, ANALISE AS QUESTÕES A SEGUIR:**

65. Em uma reunião de rotina, os servidores Marta, Jorge e Luísa discutiam sobre as regras de segurança e uso do sistema informatizado oficial, conforme estabelecido no regimento interno do Tribunal. Marta, preocupada, questionou: "É permitido compartilharmos nossas senhas entre colegas para facilitar a execução dos trabalhos urgentes?". Jorge, com sua experiência, explicou o que sabia, mas Luísa ainda ficou em dúvida.

Com base nas Normas de Serviço do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, qual das alternativas abaixo representa corretamente uma das orientações que Marta e seus colegas devem seguir?

- a) A divisão do trabalho entre escreventes, oficiais de justiça e juízes no sistema informatizado é feita exclusivamente pelos servidores, sem envolvimento do sistema.
- b) Cada processo distribuído no sistema recebe um número de controle interno, que substitui o número do protocolo original do processo.
- c) A Corregedoria Geral da Justiça estabelece os níveis de acesso e credenciamento no sistema, e os escrivães judiciais devem informar a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) sobre mudanças no quadro funcional da unidade.
- d) É permitido aos funcionários credenciados cederem suas senhas a outros funcionários para agilizar os serviços em caso de necessidade emergencial.
- e) O sistema informatizado oficial dispensa o uso das novas funcionalidades disponibilizadas para o trabalho, desde que o servidor realize os atos essenciais.

66. Durante uma reunião administrativa no cartório, o servidor Carlos foi orientado sobre a necessidade de controlar prazos e registros dos mandados expedidos. Ele tinha dúvidas sobre como deveria proceder nos casos em que o prazo para cumprimento do mandado estivesse prestes a expirar e sobre a necessidade de assinatura e registro desses mandados.

Considerando as Normas de Serviço do TJ-SP, qual das alternativas está correta sobre o procedimento para controle dos mandados?

- a) Os mandados devem ser cumpridos no prazo de 30 dias, salvo disposição expressa de prazo maior pelo Juiz Corregedor Permanente.
- b) Nas 24 horas que antecedem o vencimento do prazo para cumprimento do mandado, o oficial de justiça pode devolver o mandado ao cartório sem justificativa, caso não tenha conseguido cumpri-lo.
- c) A baixa dos mandados cumpridos deve ser lançada manualmente no livro de carga, dispensando-se o lançamento no sistema informatizado.
- d) Se não houver prazo específico na ordem judicial, o mandado deve ser cumprido em até 45 dias, salvo determinação genérica de prazo menor pelo Juiz Corregedor Permanente.
- e) A data da distribuição do mandado ao oficial e o nome deste não precisam ser anotados no sistema informatizado, pois o controle é realizado exclusivamente no livro de carga.

67. Durante uma simulação de trabalho no cartório, os servidores discutiram os procedimentos corretos para envio e confirmação dos alvarás de soltura. Felipe, um servidor novo, ficou em dúvida sobre as etapas a seguir quando o alvará não é recebido pela autoridade destinatária. Ele também se perguntou o que deve ser feito se o réu estiver em outra unidade da Federação.

Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Os alvarás de soltura podem ser enviados por qualquer meio eletrônico ou aplicativo de mensagem, desde que o recebimento seja confirmado por telefone.
- b) Caso a confirmação do recebimento do alvará de soltura não seja obtida, deve-se enviar imediatamente um novo alvará sem necessidade de certificação nos autos.
- c) Quando o preso estiver em outra unidade da Federação, o alvará de soltura deve ser enviado exclusivamente por carta precatória.
- d) Se o réu estiver em prisão domiciliar, o mandado de intimação do alvará de soltura deve incluir apenas o endereço onde ele estiver recolhido, para que o oficial de justiça realize a diligência sem a necessidade de outras buscas.
- e) A responsabilidade pelo envio do alvará de soltura cabe exclusivamente ao juiz, que confirma o recebimento diretamente com a autoridade responsável pela custódia.

68. Durante uma reunião, os oficiais de justiça Ana, Carlos e Luísa discutiam sobre as proibições e regulamentações relacionadas ao repasse de informações de contato e ao recebimento de numerários no exercício de suas funções. Luísa questionou se seria permitido devolver um mandado sem cumprimento, caso uma das partes envolvidas solicitasse, e Ana levantou dúvidas sobre a obrigatoriedade de fornecer seu número de telefone celular para terceiros.

Com base no Código de Normas do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) O oficial de justiça pode, a pedido de uma das partes, devolver o mandado sem cumprimento, desde que o interessado formalize a solicitação.
- b) É permitido que o oficial de justiça receba numerário diretamente da parte, caso não exista outro meio de realizar a diligência.
- c) O número de telefone celular do oficial de justiça pode ser repassado para consulta pública na SADM, mas ele pode se recusar a divulgá-lo, devendo então comparecer diariamente ao Fórum por pelo menos uma hora.
- d) O oficial de justiça pode transferir o mandado diretamente para outro oficial, sem necessidade de autorização judicial, para otimizar as diligências.
- e) As escalas de comparecimento dos oficiais de justiça e seus e-mails funcionais ficam restritos aos servidores do cartório, sem acesso para terceiros.

69. Os servidores Júlia e Marcos estavam revisando as normas sobre os prazos de cumprimento e distribuição de mandados no cartório. Durante a leitura, Marcos levantou uma dúvida sobre a distribuição e os prazos de mandados classificados como urgentes, em especial aqueles relativos a réus presos e à intimação de audiências de conciliação. Júlia, mais experiente, explicou a ele com base nos regulamentos internos.

Com base no Código de Normas do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Os mandados classificados como plantão, referentes a medidas protetivas de urgência, devem ser cumpridos em até 24 horas, conforme a regra de plantão imediato.
- b) Mandados comuns sem prazo determinado na ordem judicial devem ser distribuídos para cumprimento em até 24 horas e devolvidos no prazo de 5 dias corridos.
- c) Os mandados de intimação para audiência de conciliação ou mediação devem ser cumpridos e devolvidos até 10 dias úteis antes da data designada para a audiência.
- d) Mandados classificados como urgentes, incluindo os de réus presos, devem ser distribuídos entre os oficiais de justiça no prazo de até 24 horas.
- e) Os mandados de réu preso devem ser cumpridos em até 7 dias, salvo indicação expressa de prazo maior pelo Juiz do feito.

70. Durante uma sessão de treinamento sobre a distribuição de setores entre os Oficiais de Justiça, o coordenador explicou aos novos servidores que a divisão de áreas para cumprimento de mandados é baseada em critérios geográficos, levando em consideração a configuração urbana e rural. Ao final da sessão, o servidor Roberto questionou como deveriam proceder nas localidades com CEP único.

Com base no Código de Normas do TJ-SP, assinale a alternativa correta sobre a organização dos setores:

- a) A distribuição de setores deve ocorrer exclusivamente por bairros, independentemente de serem áreas urbanas ou rurais, sem a necessidade de considerar assentamentos ou fazendas.
- b) Nas localidades com CEP único, devem ser criados múltiplos setores vinculados ao mesmo CEP para atender à demanda de forma mais eficiente.
- c) As áreas rurais não exigem setores específicos para assentamentos, fazendas ou vilarejos, pois essas áreas são sempre agrupadas com a parte urbana.
- d) Em áreas urbanas e rurais, cada conjunto de bairros contíguos ou vilarejo deve ter um setor específico, e as áreas que demandem atenção especial, como assentamentos, também devem possuir setores próprios.
- e) Nas localidades com CEP único, é obrigatório vincular o CEP a mais de uma zona, dividindo-a entre zona urbana e rural.

71. Durante o treinamento de novos servidores sobre a emissão de mandados em casos com múltiplos endereços, o servidor Carlos questionou o que deveria ser feito quando a parte apresenta vários endereços e pede a expedição simultânea de mandados. A instrutora explicou os critérios a serem seguidos para garantir eficiência no cumprimento dos mandados e economia processual.

Com base nas normas de serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de múltiplos endereços, sempre é expedido um mandado único, sem exceções, mesmo que a parte justifique a necessidade de mais de um.
- b) A parte deve, no momento do peticionamento, indicar os endereços não contíguos e justificar a escolha do último endereço para expedição do mandado.
- c) Quando a expedição simultânea de mandados é autorizada, qualquer mandado que tenha sido cumprido impede a devolução dos demais, mesmo sem cumprimento.
- d) A expedição de mais de um mandado ao mesmo tempo só será deferida se houver justificativa e comprovação de recolhimento da GRD para cada um dos mandados.
- e) Se houver múltiplos mandados expedidos para endereços contíguos, todos devem ser cumpridos antes de qualquer devolução, mesmo que um dos mandados já tenha sido realizado.

72. Durante uma discussão sobre as normas de citação e intimação, o Oficial de Justiça Pedro questionou os procedimentos específicos para citar pessoas em condomínios com controle de acesso e em casos de ações possessórias com grande número de ocupantes. A equipe, então, revisou os detalhes das regras para cada situação.

Com base nas normas de serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Em condomínios com controle de acesso, a intimação é válida apenas se realizada diretamente ao morador, não sendo permitido que seja feita a funcionários da portaria.
- b) Nas ações possessórias com muitos ocupantes no polo passivo, o Oficial de Justiça deve realizar a citação apenas para os ocupantes que forem encontrados, certificando a diligência para aqueles que não foram localizados.
- c) Nas citações por hora certa, o Oficial de Justiça não precisa descrever as circunstâncias que indicaram a suspeita de ocultação do réu, bastando certificar os horários em que o procurou.
- d) Em ações de despejo, o Oficial de Justiça deve dar ciência da ação apenas ao locatário, sendo desnecessário informar os demais ocupantes do imóvel.
- e) Nas citações de pessoas jurídicas, o Oficial de Justiça deve obrigatoriamente seguir os procedimentos da citação por hora certa, certificando os horários de tentativa de citação.

73. O Oficial de Justiça Ricardo estava revisando os procedimentos de certificação para mandados, especialmente em situações de cumprimento parcial ou de devolução por falta de elementos essenciais. Durante uma conversa com colegas, ele perguntou como proceder caso o mandado não contenha informações necessárias para o cumprimento ou, ainda, se uma das partes não forneça os meios para a execução da ordem.

Com base nas normas de serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) O mandado será classificado como "Cumprido - Ato positivo" quando a ordem judicial não for frutífera após tentativas reiteradas de cumprimento.
- b) O mandado será classificado como "Não cumprido" quando o Oficial de Justiça verificar que a parte deixou de fornecer os meios necessários para o seu cumprimento.
- c) O mandado será considerado "Irregular" sempre que for cumprido parcialmente, com atos que resultem em parte do objetivo processual.
- d) O mandado será classificado como "Cumprido - Ato negativo" sempre que houver solicitação de devolução por parte da serventia ou do Magistrado.
- e) O mandado será classificado como "Cumprido - Cumprido parcialmente" apenas quando a ordem judicial não tiver sido cumprida devido à ausência do bem ou da pessoa.

74. O servidor Júlio estava instruindo um advogado sobre os procedimentos para o pagamento do boleto da taxa judiciária nos processos físicos e na hipótese de carta precatória itinerante. O advogado, em dúvida, perguntou o que deveria fazer se o banco emitisse apenas uma via do comprovante de pagamento e como proceder em Comarcas que não compartilham mandados eletrônicos.

Com base nas normas de serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento do boleto pode ser feito exclusivamente em estabelecimentos da rede bancária física, sem autorização para uso de internet banking.
- b) Se o banco fornecer apenas uma filipeta de comprovante de pagamento, o interessado deve fazer duas cópias para anexar às outras vias do boleto.
- c) Nos casos de carta precatória itinerante, o Ofício de Justiça que realizar a diligência deve devolver o valor ao Juízo Deprecante sem solicitar transferência.
- d) Em Comarcas que compartilham mandados eletrônicos, o Ofício de Justiça precisa solicitar a transferência do valor da GRD ao final da diligência.
- e) Caso o pagamento do boleto não esteja autenticado mecanicamente, o interessado deve apresentar apenas uma via com o comprovante de pagamento anexo.

75. A servidora Clara estava revisando os procedimentos específicos para o cumprimento de mandados no interesse das Fazendas Públicas e o regime facultativo de pagamento das diligências realizadas pelos Oficiais de Justiça. Ela levantou dúvidas sobre como os valores deveriam ser pagos e os procedimentos em caso de impugnações pelo ente fazendário.

Com base nas normas de serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) No regime facultativo, o ente fazendário pode indicar múltiplos endereços para envio dos mapas, conforme a matéria tratada no mandado.
- b) No regime facultativo, o pagamento ao Oficial de Justiça é integral, sem repasse ao Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Justiça (FEDTJ).
- c) O pagamento das diligências no regime facultativo deve ocorrer em duas parcelas, sendo 10% destinado ao Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Justiça e 90% ao Oficial de Justiça que cumpriu a diligência.
- d) Em caso de impugnações, o ente fazendário não pode solicitar devoluções, apenas compensações no mapa posterior.
- e) No regime facultativo, o pagamento dos valores de diligência deve ser feito antes da entrega das certidões de cumprimento ao representante fazendário.

76. Durante uma reunião no Tribunal, os servidores discutiam as despesas processuais que não estão incluídas na taxa judiciária, o que gerou algumas dúvidas entre eles. O servidor Roberto, responsável pela área de custas, perguntou quais despesas específicas não estão cobertas pela taxa e precisam ser pagas separadamente pelas partes, como no caso de diligências dos Oficiais de Justiça e expedição de certidões.

Com base na Lei n. 11.608/2003, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa judiciária inclui todas as despesas postais com citações e intimações, independentemente do tipo de mandado.
- b) As despesas com diligências dos Oficiais de Justiça estão sempre incluídas na taxa judiciária, sem exceções.
- c) A expedição de certidões e reprodução de peças do processo está incluída na taxa judiciária, sem custo adicional.
- d) As despesas de diligências dos Oficiais de Justiça, para mandados expedidos de ofício, estão excluídas da taxa judiciária.
- e) O envio eletrônico de citações, intimações e ofícios está integralmente coberto pela taxa judiciária, sem qualquer custo adicional.

77. O servidor João, encarregado de revisar o recolhimento da taxa judiciária, está estudando as diferentes alíquotas e valores mínimos e máximos aplicáveis para cada situação processual. Ele tem dúvidas específicas sobre o percentual a ser aplicado no preparo da apelação e o valor a ser recolhido para a execução de título extrajudicial.

Com base na Lei n. 11.608/2003, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa judiciária aplicada ao preparo da apelação corresponde a 2% sobre o valor da causa.
- b) No caso de reconvenção, a taxa judiciária é de 2% sobre o valor da causa, paga no momento da distribuição.
- c) No cumprimento de sentença, o recolhimento da taxa judiciária é de 4% sobre o valor do crédito a ser satisfeito.
- d) A execução de título extrajudicial exige o recolhimento da taxa judiciária de 2% sobre o valor da causa no momento da distribuição.
- e) A petição do agravo de instrumento deve ser acompanhada do comprovante de pagamento da taxa de 10 UFESPs, além do porte de retorno.

78. Durante uma reunião administrativa, os servidores do Tribunal de Justiça discutiram a destinação da taxa judiciária arrecadada. Um dos participantes, o servidor João, questionou qual percentual da taxa judiciária era destinado ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça e como o restante era distribuído.

Com base na Lei n. 11.608/2003, assinale a alternativa correta:

- a) Do montante da taxa judiciária arrecadada, 20% é destinado ao custeio das diligências dos Oficiais de Justiça.
- b) O Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça recebe 30% do total arrecadado com a taxa judiciária.
- c) As despesas com pessoal no âmbito do Tribunal de Justiça consomem 60% da taxa judiciária arrecadada.
- d) O custeio das diligências dos Oficiais de Justiça é coberto por 10% do montante arrecadado da taxa judiciária.
- e) A totalidade da taxa judiciária arrecadada é destinada exclusivamente ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.

BLOCO III

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

79. “O pedido de prisão do procurador contra líderes do Hamas e de Israel “criou a impressão incorreta de uma equivalência”, disse o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha em um comunicado na noite de segunda-feira (20). A Alemanha “sempre apoiou” o organismo, afirmou a chancelaria do país, mas destacou que os líderes do Hamas “são responsáveis por um massacre bárbaro em que homens, mulheres e crianças foram assassinados, violados e raptados em Israel,

em 7 de outubro, na maneira mais brutal possível”. Adaptado. (Fonte: CNN Brasil, maio de 2024).

O pedido de prisão de líderes do Hamas partiu:

- a) Tribunal Penal Internacional (TPI)
- b) Conselho de Direitos Humanos da ONU
- c) Conselho de Segurança da ONU
- d) Corte Internacional de Justiça (CIJ)
- e) Assembleia Geral da ONU

80. Nos últimos meses, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, também conhecida pela sigla UNRWA, esteve envolvida em polêmicas. Sobre o fato está correto:

- a) Integrantes da agência foram acusados de participação nos ataques do grupo Hamas contra Israel.
- b) Integrantes da agência foram acusados de torturar soldados israelenses detidos em suas dependências.
- c) Integrantes da agência foram acusados de perpetrarem um ataque cibernético em massa contra Israel.
- d) Integrantes da agência foram acusados de desvio de recursos, o que resultou em enriquecimento ilícito.
- e) Integrantes da agência foram acusados de violência sexual contra crianças palestinas sob tutela da agência.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA*Lilian Novakoski*

81. Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social é o conceito de:

- a) Barreiras nas comunicações e informações
- b) Adaptações Razoáveis
- c) Tecnologia Assistiva
- d) Desenho Universal
- e) Acessibilidade

82. Julgue as assertivas de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência

I - É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

II - A curatela afetarão tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial e matrimonial.

III - A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

IV - Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) I, II e IV
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I, III e IV
- e) II, III e IV

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

83. Sabe-se que:

- Nenhum administrador é dentista;
- Nenhum engenheiro é dentista; e
- Todos os psicólogos são administradores.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) algum psicólogo é dentista.
- b) todo engenheiro é psicólogo.
- c) algum engenheiro não é psicólogo.
- d) algum engenheiro é psicólogo e algum administrador não é dentista.
- e) nenhum psicólogo é dentista.

84. A negação da proposição “Se Joaquim ganhou na loteria, então ele está feliz” é:

- a) Se Joaquim não está feliz, então ele não ganhou na loteria.
- b) Se Joaquim não ganhou na loteria, então ele não está feliz.
- c) Joaquim não ganhou na loteria ou ele está feliz.
- d) Joaquim não está feliz e ele ganhou na loteria.
- e) Joaquim está feliz e ele não ganhou na loteria.

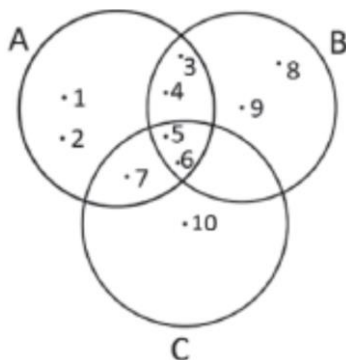
85. Considere verdadeiras as proposições:

- I. Se Pedro não corrigiu as provas, então Fernando estudou para a prova.
- II. Se Márcio não construiu a casa, então Pedro corrigiu as provas.
- III. Se Henrique assou o pão, então Joaquim levou Rex para passear.
- IV. Se Fernando estudou para a prova, então Guilherme podou a árvore.
- V. Se Guilherme podou a árvore, então Joaquim não levou Rex para passear.
- VI. Pedro não corrigiu as provas.

A partir dessas proposições, é logicamente verdadeiro que entre essas seis pessoas, o número daquelas que não fizeram o que lhes é atribuído é

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

86. Considere que, em uma seção do TJ SP com 10 servidores, alguns servidores usam óculos, relógio ou chapéu. O diagrama a seguir representa esses 10 servidores, numerados de 1 a 10.



Considere que o conjunto A corresponde aos servidores que usam óculos, que o conjunto B corresponde aos servidores que usam relógio e que o conjunto C corresponde aos servidores que usam chapéu. Nesse caso, o número de servidores que

usam óculos e relógio, ou usam chapéu sem usar relógio, é:

- a) 6
- b) 7
- c) 4
- d) 5
- e) 2

87. Considere a seguinte sequência de infinitos termos: 2, 3, 8, 33, 158, ...

O sexto termo dessa sequência é:

- a) 782
- b) 783
- c) 784
- d) 785
- e) 786

88. Considere a proposição: “Se como lagosta ou bebo vinho, então fico feliz”.

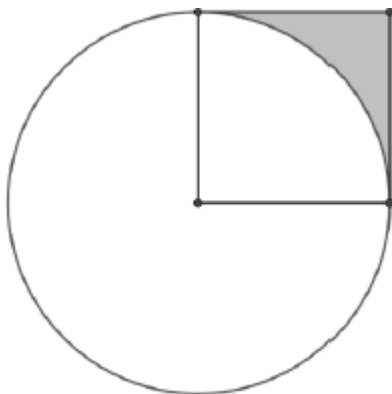
Uma proposição logicamente equivalente a essa é:

- a) Se não como lagosta ou bebo vinho, então não fico feliz;
- b) Se não como lagosta e não bebo vinho, então não fico feliz;
- c) Não como lagosta e não bebo vinho ou fico feliz;
- d) Como lagosta ou bebo vinho e não fico feliz;
- e) Não como lagosta ou não bebo vinho e fico feliz.

MATEMÁTICA

Carlos Henrique

89. Coruja desenhou uma interessante figura que ilustra um círculo de raio medindo 4cm e um quadrado. Dos quatro vértices do quadrado, um coincide com o centro do círculo, outros dois estão sobre a borda do círculo e o último é exterior ao círculo.



Coruja calculou a área da região simultaneamente externa ao círculo e interna ao quadrado, em cm^2 , e achou o valor:

- a) $4(\pi-4)$.
- b) $16(\pi-1)$.
- c) $4(4-\pi)$
- d) $16-2\pi$
- e) $16-\pi$

90. Paulinha ao fazer aniversário que sua idade era o triplo da idade de sua irmã Joana e que a soma das idades delas duas era 36 anos. Alguns anos depois, também no dia de seu aniversário, Paulinha observou que a soma das idades das duas era 90 anos.

Nesse dia, a razão entre a idade de Paulinha e a idade de Joana era de

- a) $5/3$
- b) $5/4$

- c) $5/2$
- d) $4/3$
- e) $3/2$

91. Dado um número inteiro, são permitidas as seguintes operações: “duplicá-lo” ou “aumentá-lo de uma unidade”. Partindo do número zero, qual o menor número de operações de que você necessita para atingir o número 100?

- a) 8
- b) 9
- c) 10
- d) 11
- e) 12

92. Um excêntrico colecionador de moedas pretendeu separar um grupo de moedas raríssimas de 6 em 6, de 12 em 12 ou de 18 em 18, mas sempre sobravam 4 moedas. Contou-as todas e verificou que eram mais de 118 e menos de 180. Sabendo que a quantidade de moedas é superior a 118 e inferior a 180, qual é a soma dos algarismos da quantidade de moedas que possui o numismata?

- a) 9
- b) 10
- c) 12
- d) 13
- e) 15

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

93. No Windows existe uma nova funcionalidade chamada Cortana. A sua tarefa é:

- a) Atualizar a data e a hora do sistema.
- b) Manter o Sistema Operacional atualizado.
- c) Ativar os recursos de defesa de rede quando necessário.
- d) É a assistente virtual do Windows e utiliza tecnologia de Inteligência Artificial Cognitiva.
- e) Controla as notificações

94. No contexto do Windows, assinale a opção que contém um nome de arquivo inválido.

- a) [novo
- b) (novo)
- c) muito*novo
- d) muito_novo
- e) muito-novo

95. No Word, ao selecionarmos o botão “Mais>>” na tela do menu “Substituir”, qual das opções abaixo não é válida

- a) Localizar palavras em maiúsculo
- b) Diferenciar maiúscula de minúscula.
- c) Usar caracter curinga.
- d) Coincidir prefixo
- e) Ignorar caracteres de pontuação.

96. A nota de Rodapé, funcionalidade que facilita a leitura do documento por acrescentar informações adicionais sobre um tema, são colocadas no:

- a) Rodapé.
- b) Fim da página, acima do rodapé.
- c) No canto inferior direito da página obrigatoriamente
- d) Comentário.
- e) Macros.

97. No Excel, temos a seguinte planilha

	A	B	C	D
1	NOME	SAL BASE	COM	SAL FINAL
2	ANA	1340	0,1	1474
3	MARIA	2010	0,2	2412
4	JOÃO	2345	0,3	3048,5
5	PEDRO	2512,5	0,1	2763,75

Na célula A6 foi digitada a fórmula: =CONT.SE(B2:D5;">=2000") . Que resultado aparecerá em A6 ao pressionarmos enter:

- a) 3
- b) 12
- c) 6
- d) 0
- e) 10

98. Na Internet seguimos o modelo de referência TCP/IP, que apresenta uma pilha de protocolos que deve ser adotada por todas as máquinas que querem se conectar à rede. Nesse modelo, o protocolo responsável pelo envio de mensagens de email é:

- a) SMTP.
- b) POP
- c) HTTP
- d) IRC.
- e) FTP

99. O Google Chrome é o navegador padrão para vários usuários e uma ferramenta que possibilita a navegação em páginas web. Sobre ele é incorreto afirmar:

- a) Utiliza a busca case sensitive por padrão.
- b) Possibilita a busca de elementos por cores.
- c) Permite ativar ferramentas de proteção a navegação como antiphishing.
- d) Possibilita o armazenamento de senhas.
- e) Disponibiliza operadores que podem ser usados para reduzir a busca ao mais próximo possível do que o usuário deseja.

100. Das letras abaixo, marque o protocolo responsável pela transferência de arquivos entre computadores.

- a) HTML
 - b) FTP
 - c) HTTP
 - d) IMAP.
 - e) IRC
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
